

DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NO ESTADO DO TOCANTINS: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA ESCOLA COMUNITÁRIA DE GESTÃO COMPARTILHADA

Rafaela Brito da Silva

Mestranda em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNISINOS

E-mail: silvarafaelabrito@gmail.com

Rodrigo Manoel Dias da Silva

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do
Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS

E-mail: rodrigoddsilva@hotmail.com

A presente comunicação visa refletir sobre as políticas de gestão da Educação Básica implementadas no Estado do Tocantins. Assume como princípio analítico que tais políticas refletem diretamente as proposições dos organismos multilaterais que influenciam a gestão educacional no Brasil, de maneira que importa identificar e analisar sua influência e seus mecanismos de controle, tendo em vista a emergência discursiva do conceito de “organizações flexíveis”. No que se refere às dinâmicas escolares e sua gestão, observa-se que os mecanismos de gestão democrática são tensionados por processos contraditórios de descentralização, autonomia, participação e avaliação.

No Estado do Tocantins, a gestão da educação é realizada através do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada (PECGC) que busca, de acordo com o documento oficial vigente, “democratizar a gestão educacional, visando dar agilidade e autonomia para elaborar, implementar e fortalecer o Projeto Político Pedagógico, em conformidade com a realidade e as necessidades de cada unidade escolar”. (TOCANTINS, p. 6, 2017). Nessa perspectiva, cabe indagar em que medida o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada contribui para a efetiva democratização da educação no Tocantins.

Para o momento, num exercício investigativo preliminar, busca-se construir subsídios para uma análise do referido programa, interpretado enquanto política estadual de gestão da educação básica no Estado do Tocantins. Interessa-nos, em particular, conhecer a concepção e a trajetória histórico-social de implantação e implementação do PEEGC no Tocantins, bem como analisar e identificar os pressupostos que fundamentam e caracterizam sua ação.

Metodologicamente, trata-se de uma revisão bibliográfica e documental com abordagem qualitativa/ quantitativa. Do ponto de vista conceitual, almejamos produzir, inicialmente, um quadro de referências bibliográficas para que possamos interpretar as aproximações entre os ditames dos organismos internacionais e a construção das políticas públicas educacionais no Tocantins, a partir da década de 1990. Nessa década, logo após sua emancipação e ao mesmo tempo num período de consolidação do ideário neoliberal, se conjecturam as políticas de educação visando a sua organização, estruturação e regulamentação. Um momento em que o cenário educacional deste novo Estado da federação brasileira apresenta “alto índice de analfabetismo, crianças e jovens fora da sala de aula, má qualidade do ensino, formação inadequada dos professores, alto índice de evasão e repetência, precariedade da rede física escolar entre outros” (CARVALHO, 2004, p.104).

No intuito de acelerar a evolução e crescimento do Estado, reverter este cenário e superar tais problemas, foram condições essenciais para que o governo adotasse medidas para regular e melhorar o processo de gestão da educação. Neste sentido, foi elaborado em 1992 o “Plano Estratégico – Realidade e Perspectivas”, além do Plano Decenal de Educação Para Todos, do Plano Estadual de Educação (1992-1997), documentos os quais diagnosticavam um precário cenário educacional e propunham ações que efetivariam mudanças significativas coadunando-se posteriormente com a LDB/1996.

A gestão da educação no Tocantins, como descreve Carvalho (2004), preconiza, em perspectiva “corretiva”, a partir do PEE 1997-2006, a execução de estratégias que melhorem o desenvolvimento das ações educativas e a implantação de projetos e programas. Assim, a Secretaria de Educação (SEDUC) traça metas visando “universalizar a educação promovendo a autonomia das escolas com melhorias da qualidade de ensino e dos serviços

educacionais” (NASCIMENTO, p. 71, 2008). A partir dessas metas, é instituída a concepção de gestão autônoma e compartilhada nas escolas públicas do Estado do Tocantins, fomentada já em 1995 com a criação das Associações Apoio às Escolas (AAE) que traz a comunidade à participação das tomadas de decisões.

Nessa perspectiva, é implantado no ano de 1997 o Programa Escola Autônoma de Gestão Compartilhada, inicialmente em 56 escolas estendendo-se no mesmo ano para mais de 240 (duzentos e quarenta), atendendo ao disposto na Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB). As bases deste Programa de Gestão se configuram em democratização e autonomia escolar pedagógica, financeira e administrativa. Nessa implementação instalam-se mecanismos de descentralização, não de poder, mas de obrigações.

Seguindo estes preceitos, a SEDUC incumbe cada unidade escolar a seguir rigorosamente, por intermédio da AAE, os princípios de uma gestão democrática pautada pela melhoria da qualidade de ensino e pelo fortalecimento e participação da comunidade na escola. Em 2002, para dar ênfase à participação da comunidade, sem deixar de ser autônoma, o programa passa a se chamar Escola Comunitária de Gestão Compartilhada. Estudos demonstram que há autonomia associada à responsabilidade, especificamente no que tange ao gerenciamento de recursos financeiros. Tal responsabilização, subjacente às políticas neoliberais, caracteriza-se pela mundialização e transnacionalização as quais regem os modos de produção que influenciam diretamente na forma de gerenciamento da educação brasileira.

Com o slogan “Educação de Qualidade para Todos”, em 2017, com quase 20 (vinte) anos de implantação, o Governo do Tocantins através da Secretaria de Educação e Cultura reestrutura o Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, como parte de um pacote de medidas adotadas pela então Secretária de Estado da Educação, que em meados de 2016 assume a pasta incorporando às ações educativas do estado seu modo de administrar - o bojo da política dita patrimonialista reordenando as práticas educativas. Visando a melhoria dos resultados – leitura que se faz do slogan citado acima, *a qualidade da educação é inerente aos seus resultados* – é proposto então esta reestruturação que tem como indicador o processo de autoavaliação das unidades escolares e as avaliações internas e externas realizadas pelas escolas.

O PEEGC é essencialmente uma prática de gestão democrática, princípio institucionalizado legalmente pela Constituição Federal (art. 206), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 203) e delineada como política educacional pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024). O PEEGC é também um desafio posto no processo de operacionalização da política educacional em efetivar e garantir de fato uma gestão trilhada pela democracia: gerir o público por meio de pressupostos democráticos.

Ao realizar este exercício analítico, percebeu-se que as diretrizes do PEEGC – autonomia, descentralização e responsabilidade social – regulam a organização e estruturação da escola. A construção coletiva do Projeto Político Pedagógico é a uma das ações que fortalece a escola política e pedagogicamente, visto que por meio deste documento se evidencia a identidade e autonomia escolar. A descentralização dos recursos financeiros está relacionada à melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos. Nesse contexto, a aferição dos resultados classifica as escolas e, de forma desigual, determina o nível de recursos e benefícios a serem recebidos. Além disso, em se tratando de baixo rendimento, há a culpabilização da própria escola e de seus atores. Há a propagação de uma cultura da responsabilização, chamada de “rede de responsabilidade” a qual, nos termos desses modelos de gestão, tem a capacidade de melhorar a qualidade do ensino.

Se entendermos que a gestão democrática é uma ação coletiva que precisa ser vivenciada continuamente, de aprendizado da democracia, então precisamos problematizar as definições de democracia no bojo dessa política. Tais indagações precisam alcançar, criticamente, a eleição de diretores escolares; a oferta, o acesso e permanência do aluno nas instituições de ensino; a participação e o envolvimento da comunidade escolar na tomada de decisões e nas ações da escola; e a sistematização coletiva dos resultados das avaliações.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Roberto Francisco de. **A gestão da educação básica no Tocantins: concepção e lógica do programa escola autônoma de gestão**

compartilhada. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás – UFG/ Faculdade de educação. Goiânia, GO.

NASCIMENTO, Maurício Reis Sousa do. **O Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada: Descentralização ou desconcentração nas escolas públicas estaduais de Miracema do Tocantins**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia– UFU/ Faculdade de educação. Uberlândia, MG.

TOCANTINS. Secretaria de Educação, Juventude e Esportes. **Escola Comunitária de Gestão Compartilhada: Educação de Qualidade para Todos**. 2017.